

V CBE0 - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

TRABALHO INTENSIFICADO, SUBJETIVIDADES CONTROLADAS E ALIENAÇÃO NAS
FEDERAIS: AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE DO PESQUISADOR TRANSFORMADAS EM
FICÇÃO?

LUANA SILVY DE LORENZI TEZZA MAGNIN (UFPR) - luanasilvy@hotmail.com
Psicóloga, Doutoranda em Administração pela UFPR

JOSE HENRIQUE DE FARIA (UFPR) - jhfaria@gmail.com
Pesquisador

“Todas as vivências fantásticas e irreais transcorrem, no fundo, numa base emocional absolutamente real” (Vygotsky, 1999).

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS FEDERAIS

As organizações constituem-se um campo privilegiado para o estudo da subjetividade do trabalhador. Trata-se de um campo complexo, em que se mesclam vontades e necessidades objetivas e subjetivas, obrigando sujeitos de formações e visões de mundo diferenciadas a conviver. As organizações, num contexto de forte ideologia capitalista, são capazes de mobilizar o psiquismo humano, de controlar as subjetividades, de direcionar grande parte da energia humana e da força de trabalho para a consecução dos resultados organizacionais. No seio das organizações são vivenciadas frustrações, mobilizações, sentimentos de pertença, exclusão, vulnerabilidade, reconhecimento, poder, prazer e sofrimento.

Ao mesmo tempo em que as organizações se apresentam como racionais e objetivas, mobilizam invariavelmente a subjetividade de seus trabalhadores. Estudos teórico-empíricos prévios (Faria, 2017) apontam para o refinamento das instâncias sutis de controle da subjetividade do trabalhador. A organização capitalista é o lugar privilegiado do controle psicossocial, e não discrimina os trabalhadores quanto à sua necessidade de aderência e defesa dos ideais da organização produtiva. Ou seja, ao mesmo tempo em que defende a racionalidade nos processos de trabalho, busca controlar a subjetividade de todos os seus empregados. Esse controle ocorre em diversas instâncias, conforme já apontado por Faria (2017).

Nas universidades públicas federais, o controle do processo do trabalho tem se intensificado nas últimas décadas, por meio dos processos de avaliação de produtividade com foco principalmente quantitativo, com destaque para o número de artigos publicados a cada ano, conferindo-se menor importância à qualidade das aulas ministradas, à organização de eventos, à qualidade das orientações e à infinidade de trabalhos administrativos e de gestão que o pesquisador brasileiro assume nas universidades.

Múltiplos fatores, que incluem também a busca por atender e superar os critérios de avaliação do trabalho estabelecidos pela Capes e demais agências reguladoras, tem levado muitos pesquisadores a adotarem práticas que se apresentam como sintomas de uma “anomalia acadêmica”: produção de artigos em série, estabelecimento de parcerias infundáveis, autoria em conjunto com múltiplos pesquisadores, exigência de entrega de artigos em disciplinas de mestrado e doutorado como critério de avaliação em disciplinas, trabalho realizado a todo tempo e lugar: de noite, madrugada, aos finais de semana, no trabalho, em casa, no aeroporto (Bertonha, 2009).

A intensificação do trabalho nas universidades públicas federais, por sua vez, tem gerado adoecimento (Freitas, 2018) e precarização da subjetividade dos pesquisadores, ao mesmo tempo em que muitas vezes comprometem a qualidade das pesquisas apresentadas. A falta de tempo e a absoluta necessidade de “pontuar” na escala Capes por vezes compromete o aprofundamento das reflexões e dos insights que cada pesquisa poderia proporcionar, gerando o que se pode denominar produção do tipo “aborto induzido”: apresenta-se resultados antes que a pesquisa possa alcançar sua maturidade e germinar. Como o encerramento da pesquisa é antecipado em nome do prazo, ou seja, a pesquisa é interrompida antes de sua efetiva finalização, não se pode descartar a condição de insatisfação do pesquisador, mesmo com ou justamente devido à publicação do trabalho nas circunstâncias dadas, ao mesmo tempo em que se sente pressionado por nova demanda de rápida publicação.

Curiosamente, essa produção em série está bastante relacionada ao momento atual, de forte estímulo ao consumo imediato: consumo de bens materiais, relações pessoais, em que tudo deve ser usufruído na hora e em seguida descartado, conforme apresenta Bauman (2001). Não se aprofundam os relacionamentos, não se aprofundam as reflexões, não se aprofundam as pesquisas. Conta o número, apenas, aquilo que é visível, quantificável, que pode ser exibido na valorizada “vitrine acadêmica”, o currículo Lattes/Orcid/Researchgate, entre outros.

Apesar da infinidade de críticas teóricas ao produtivismo, verifica-se que são restritas as pesquisas que se aproximam do campo empírico, interagindo com os pesquisadores, com o objetivo de compreender como os mesmos vivenciam essas demandas de produtividade da Capes e demais agências de fomento, que são bastante recentes, ao se considerar a história da pós-graduação brasileira. Os poucos trabalhos que o fazem, por vezes não refletem sobre o caráter histórico da construção do significado da avaliação do pesquisador, tomando-a como naturalizada.

Atualmente, ser um bom pesquisador, ou um pesquisador competente, significa pontuar bastante conforme os critérios definidos. É objetivo deste ensaio refletir sobre *como os critérios de avaliação eleitos produzem uma subjetividade associada à competência ou à incompetência do pesquisador*. Ainda, busca-se *compreender como a forma de avaliação legitimada atua no controle da subjetividade, na organização do trabalho e nas práticas adotadas pelo pesquisador*. Esse controle é percebido ou é invisível aos olhos dos pesquisadores?

A própria *construção da necessidade de avaliação do pesquisador* é um enunciado que tem sido pouco questionado. Discute-se qual seria a melhor forma de avaliação, como considerar a produtividade, mas não é discutido o que, de fato, essa produtividade significa, e o porquê ela deve ser auferida.

Verifica-se que há diferenças na forma como os pesquisadores públicos vivenciam esse controle da subjetividade. O que faz com que alguns pesquisadores *vivenciem a exigência por publicação e produção em toda a sua intensidade*, fazendo de tudo para superar as metas de produção impostas pela Capes e pelo programa de pós-graduação a que está vinculado, ainda que para isso tenha sua saúde (física e/ou psíquica) comprometida em função do excesso de cobranças, stress, horas de trabalho, entre outros? *Ou seja, o que faz com que um grupo de pesquisadores sofra um maior controle da subjetividade/afetividade, dado que as condições objetivas de avaliação são as mesmas?* São essas as questões norteadoras do trabalho.

O ensaio teórico é caracterizado pela ênfase na reflexão, interpretação, priorizando o estudo do objeto em sua condição dialética. A orientação do ensaio não repousa sobre a apresentação tradicional de uma pesquisa composta por objetivos, um método e respostas obtidas, mas orienta-se para a formulação de perguntas que motivem “reflexões mais profundas” (MENEGETTI, 2011). Assim, em busca de problematizar as questões apresentadas, mas sem a pretensão de esgotá-las, discorreremos sobre a relação entre a avaliação e o controle da subjetividade do pesquisador, em um contexto de forte alienação produtivista, também no campo acadêmico.

A compreensão dessa questão poderá auxiliar a elaboração crítica e o exercício de práticas emancipatórias de resistência. A pesquisa justifica-se na necessidade de compreensão e superação do cenário crítico das condições de trabalho e saúde dos pesquisadores brasileiros.

As reflexões desse ensaio serão embasadas em estudos bibliográficos e teórico-filosóficos críticos, de base sócio histórica, em sua relação com os fenômenos da realidade concreta, conforme a epistemologia crítica do concreto (ECC), proposta por Faria (2017). Conforme aponta Faria (2017), “é preciso compreender que a observação imediata de um

fenômeno não permite, por si só, sua captura como fenômeno pensado em sua inteireza. A aparência do fenômeno indica apenas sua forma tal como parece ser e não como de fato é, ou seja, em sua pseudoconcreticidade” (Faria, 2017, p.41).

A teoria crítica é comprometida com a denúncia da repressão e do controle social com vistas a possibilitar a justiça, a liberdade e a democracia: “A Teoria Crítica oferece não apenas um modo de interpretação de como a produção humana relaciona-se com os desejos, conflitos e potenciais, mas também uma forma de desenvolver habilidades para pensar lógica e criativamente, afastando-se do pensamento canonizado” (Faria, 2017, p.44).

2. POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO CIENTÍFICA E PRODUTIVIDADE

A universidade pública é a principal esfera de produção de pesquisas no Brasil. Trata-se de um país em que a participação de empresas no âmbito da pesquisa, desenvolvimento e inovação é mínimo. Segundo Durham (1998), “as universidades públicas constituem o principal suporte institucional para a pesquisa e para a formação de pesquisadores” (p.03). A autora afirma que o número crescente de mestres e doutores nas universidades, a partir da reforma universitária de 1968, estava associado à maior qualidade do ensino. A qualidade que apresentava, associada às pesquisas produzidas, geravam alto prestígio e reconhecimento dessas universidades, pela opinião pública.

A partir de meados da década de 80, esse prestígio diminuiu significativamente, o que Durham (1998) atribui a fatores associados ao ensino (acusações de que a universidade pública estaria formando alunos na maior parte de classe média/alta) e ao custo, que seria muito elevado. O valor da pesquisa como impulsionador do desenvolvimento do sistema de ciência e tecnologia não tem sido devidamente reconhecido, ao que a autora atribui à pouca preocupação da maior parte das universidades em alinhar pesquisa científica e desenvolvimento social e tecnológico.

Independentemente do prestígio ou não atribuído à universidade em cada momento histórico, verifica-se que a avaliação do cientista, até o início do sec. XX, era assunto de pouco interesse. A partir da segunda guerra é que o desempenho dos cientistas passou a ser objeto de discussão, haja vista a sua participação em projetos que poderiam desenvolver artefatos de guerra que poderiam ser um diferencial nas intensas disputas armadas (Pedrini, 2005). Ou seja, o que fazia um cientista passou a interessar grupos sociais, e, portanto, passa-se a ter interesse no controle de seu trabalho. Assim, fica claro que a avaliação do cientista, de sua reputação e do potencial de seus projetos de pesquisa está intimamente ligada à função atribuída à ciência em determinado contexto.

A avaliação científica nacional tem imposto aos pesquisadores fortes demandas por produtividade, competitividade, o que tem gerado com frequência intensos problemas de saúde, com ênfase para transtornos mentais, afastamentos, sentimento de improdutividade, entre outros. A avaliação do cientista atualmente possui implicações claras e bastante objetivas em sua carreira: o financiamento de suas pesquisas, o suporte financeiro, o seu emprego (quando não estável) e inclusive a promoção dos cientistas é baseada em algum tipo de avaliação (Pedrini, 2005).

Nesse campo acadêmico, as exigências são muitas: o pesquisador deve, ao mesmo tempo, realizar suas próprias pesquisas, comunica-las por meio da publicação de artigos e capítulos de livros, organizar congressos e seminários, orientar alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado, orientar estágios, ministrar disciplinas, preparar aulas, e ainda ocupar-se de toda sorte de atividades ligadas à gestão da própria universidade (comissões de seleção de professores, alunos, coordenações acadêmicas, reuniões de colegiado, entre outros).

O cenário de pesquisa no Brasil alterou-se significativamente nos últimos anos. Dentre as principais mudanças, destaca-se a adoção de critérios objetivos para a avaliação da produção científica do país. As estatísticas são otimistas: na última década, o número de publicações por pesquisador no país aumentou significativamente, passando de 0,56% a uma participação de 1,54% da base mundial. O número de publicações dobrou no período, e o Brasil é atualmente o 9º país que mais publica no ranking internacional (Goldani et al, 2010).

Ao mesmo tempo em que os resultados numéricos são incontestáveis, um preço muito alto está sendo pago pelo melhor desempenho no “ranking”. Produtivismo acadêmico, capitalismo acadêmico, artigos transformados em mercadorias, *salami publications*, são diferentes termos usados para denunciar essas práticas de produção em série estimuladas pelas políticas de avaliação científica, que exigem demais do pesquisador, ao mesmo tempo em que se produzem resultados controversos, ou seja: o aumento do número de publicações não reflete necessariamente maiores avanços científicos.

Segundo Lawrence (2003), publicar em um jornal bem qualificado significa “entrar para a elite científica”. Ao mesmo tempo, o pesquisador brasileiro enfrenta um ambiente extremamente competitivo, por vezes hostil, para obter recursos de pesquisa e precisa continuamente provar sua capacidade. Muitos pesquisadores são descredenciados de programas de pós-graduação, ao mesmo tempo em que são submetidos a novas formas de avaliação individual, pautada por número de publicações e fator de impacto. A reputação científica tem sido baseada em métricas científicas e assume-se que o impacto da revista garante a importância das descobertas. O financiamento de pesquisas é bastante restrito, sendo que a grande maior parte dos investimentos em pesquisa no país concentram-se nas universidades públicas, o que incrementa a competitividade interna (Meis et al., 2003; Pedrini, 2005; Goldani et al., 2010).

Embora seja majoritário o entendimento de que as políticas de avaliação possuem um papel bastante relevante, os critérios de avaliação adotados têm gerado intensos debates acadêmicos, por divergência de posicionamentos ideológicos e concepções sobre qual é, afinal, o papel da universidade em um contexto neoliberal que tem gerado extrema exclusão e minorias (do ponto de vista social) bastante numerosas (sob a perspectiva quantitativa).

Verificou-se que, embora haja inúmeros trabalhos críticos e de revisão teórica publicados sobre essa temática, são poucos os estudos que têm como objetivo *compreender como essa política de avaliação científica produz tanta adesão, ou seja, quais as suas estratégias de sedução*. Se já foi constatado que a ênfase sobre a comunicação da pesquisa por vezes ultrapassa a própria finalidade científica; que o produtivismo tem produzido o adoecimento de muitos pesquisadores; como é que essa política ainda é reificada pelos próprios docentes? *Como funciona e quais os apelos da “corrida acadêmica”, do “jogo pelo reconhecimento” que os pesquisadores brasileiros tem enfrentado? Quais são as possíveis formas de resistência a essas práticas?*

Em pesquisa em andamento, verificamos que os pesquisadores brasileiros tem estudado o posicionamento de seus pares diante da política de avaliação da produtividade científica no país formulada pela CAPES e CNPQ de modo substancialmente quantitativo, por meio da mensuração de número de publicações, índices de avaliação dos programas, sendo muito restritos os trabalhos que dão voz ao pesquisador, para que ele se pronuncie sobre o seu fazer e a sua percepção da política e de sua própria produtividade. Mais raros ainda são os trabalhos que buscam compreender os apelos objetivo-subjetivos da política de avaliação, ou seja, o que faz com que ela adquira tanta aderência, apesar de suas tantas incoerências e contradições?

A toda prática dita objetiva corresponde uma subjetividade. Se há uma avaliação supostamente neutra, há uma subjetividade sendo controlada. Verifica-se que a política de avaliação considera a subjetividade dos pesquisadores na sua elaboração, pois é altamente sedutora. *De que maneiras ela seduz e convoca o pesquisador a “jogar o jogo”?*

De acordo com Pedrini (2005), “a avaliação de desempenho científico, no Brasil, foi e tem sido pouco estudada como problema de pesquisa” (p.3). Segundo o autor, muitos trabalhos constituem-se como ensaios e pontos de vista isolados de estudos empíricos. Ainda, a pesquisa reafirma o caráter histórico do fenômeno estudado, produzindo estranhamento para o fato de a produção científica de um país estar submetida a políticas fortemente utilitárias. As políticas científicas não são neutras, mas incentivam e favorecem determinadas práticas de pesquisa.

O parecer CFE nº 977/65, emitido pelo Conselho Federal de Educação e redigido por Newton Sucupira, foi um importante marco regulador da pós-graduação sistemática no Brasil. Por meio dele, reconheceu-se que os cursos de pós-graduação ofertados no País eram muito restritos, e que seria necessária uma política de indução, para que os pesquisadores brasileiros não tivessem que, sistematicamente, realizar sua formação avançada no exterior, por falta de opção no País. A necessidade de regulamentação é justificada, no documento, por três motivos:

“1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores” (Parecer CFE nº 977/65).

Verifica-se que as políticas de expansão e regulamentação da pós-graduação brasileira justificaram-se justamente no reconhecimento da pesquisa como campo que possibilita o desenvolvimento nacional.

Atualmente, existe grande pluralidade de critérios e indicadores de avaliação, mensuração e qualificação de trabalhos e desempenho individual disponíveis na literatura. A necessidade de avaliação para os mais diversos tipos de trabalho, como já enunciado, é entendimento majoritário. Mas, quais os efeitos de determinada política avaliativa adotada? O processo avaliativo não afere apenas o resultado final de um trabalho de pesquisa, mas induz inclusive o tipo de pesquisa e publicação, a forma de escrita, o tempo de submissão, ou seja, induz práticas específicas. Portanto, cabe refletir que a prática avaliativa adotada não é mero instrumento de mensuração de resultados, mas torna-se balizadora do próprio processo de trabalho do pesquisador (Hanafi, 2011).

Conforme aponta Faria (2004), as práticas de avaliação de desempenho são formas de controle do trabalhador, do processo e resultados do trabalho. A mesma reflexão pode ser feita em relação ao pesquisador: na medida em que são estipulados critérios de avaliação, o pesquisador tende a dar ênfase para a execução das tarefas que serão efetivamente avaliadas (publicação), por vezes em detrimento de outros tipos de tarefas menos valorizadas no ambiente acadêmico, como o ensino e a extensão.

No mesmo sentido, segundo Machado e Pan (2012), quando as políticas públicas incidem sobre a educação, atuam também sobre os modos de subjetivação de uma sociedade, já que se configuram como orientadoras dos processos educacionais. Portanto,

a política de avaliação dos docentes-pesquisadores não é neutra e arbitrária, comprometida apenas com objetivos definidos e explícitos, mas reflete e refrata o posicionamento ideológico de seus idealizadores, e é produtora de modos específicos e determinados de ser e existir enquanto pesquisador. Esses modos de subjetivação prescritos no texto de uma política pública atuam na forma como o trabalhador significa sua existência - como age, posiciona-se, manifesta-se e/ou se silencia -, dentro e fora das universidades.

2.1 PRODUÇÃO PARA QUE(M)?

Diversos autores (Nunes e Nunes, 2013) defendem que o pesquisador está cada vez mais submetido às leis do mercado. Surgem termos como “produtivismo acadêmico”, o artigo como “mercadoria acadêmica”, que têm demonstrado facetas dessa aproximação. Segundo Nunes e Nunes (2013), o aumento da produtividade do trabalho é uma imposição feita às empresas privadas, mas também às instituições públicas.

Torna-se necessário ponderar seus efeitos: ao mesmo tempo em que o aumento de produtividade - que no ambiente acadêmico tem sido lido como aumento de “publicações” - possa trazer avanços científicos, e não se nega a contribuição resultante de esforços dos mais variados pesquisadores, há consequências negativas nos diversos níveis de análise: institucional, organizacional e individual.

Para Simões (2004), teorias ditas “universais” repercutem na definição das políticas educacionais brasileiras e com isso (...) “visa-se atender a normas ditadas por organismos internacionais, em detrimento das necessidades e dos desejos expressos por segmentos acadêmicos e sociais brasileiros” (Simões, 2004, p. 125-126). Ora, quais são, afinal essas necessidades e desejos? A autora busca refletir sobre “que ensino e que pesquisa acontecem (e especialmente deixam de acontecer) enquanto tentamos nos “ajustar” ao modelo de avaliação vigente”.

Dal Rosso (2015) alerta que “a comodificação dos corpos e a mercantilização da vida estão dentro da esfera da valorização do capital, o que torna o serviço da pesquisa uma atividade altamente produtiva em termos capitalistas” (Dal Rosso, 2015, p.42).

Nesse mesmo sentido, Tragtenberg (1990) afirma que, em nome do “atendimento à comunidade” e “serviço público”, a universidade tende cada vez mais à adaptação indiscriminada a quaisquer pesquisas a serviço dos interesses econômicos hegemônicos. Tragtenberg (1990) aborda criticamente a questão da responsabilidade social do intelectual acadêmico, que, enquanto foca cegamente no cumprimento de critérios de publicação e produção, muitas vezes deixa de enxergar-se enquanto importante fomentador da pesquisa que poderia, de fato, transformar a realidade social. Segundo o autor, “A delinquência acadêmica se caracteriza pela existência de estruturas de ensino onde os meios (técnicas) se tornam os fins, os *fins* formativos são esquecidos”.

Para Bertonha (2009, p.520), “a ‘ditadura numérica’ tende a inibir a produção de material para um público mais amplo, faz muita gente desvalorizar a atividade didática e gera a produção de muita coisa inútil”. Esses “produtos” devem oferecer uma “solução ‘just in time’ de problemas pontuais que afetam os potenciais consumidores” (p. 520), que podem ser os “estudantes-clientes”, no caso da docência.

Para Ibarra-Colado (2003), apud Bernardo (2014), “os pesquisadores perderam o controle do conteúdo e da organização do trabalho e, assim, perderam sua condição de artesãos do saber para conformarem-se paulatinamente em engrenagens de alguma das grandes maquinarias que integram as novas formas de produção do conhecimento” (p.1062).

Segundo Bernardo (2014), a política de produção afeta as atividades de pesquisa, sendo que “a pós-graduação e, conseqüentemente, a pesquisa, tornaram-se o principal foco de avaliação do trabalho docente na universidade brasileira, sendo esta fundamentada em dados quantitativos de produtividade, especialmente, no número de publicações, número de orientações e horas-aula e prazos de conclusão de mestrados e doutorados” (Bosi, 2009).

Nesse mesmo sentido, Castiel et al. (2007) apontam que:

“a imagem predominante do autor de artigos científicos está deixando de ser a do ‘gênio romântico’, que dedica sua inteligência e capacidade de análise para propor formas de inquirir mistérios do mundo para benefício humano (...) Agora, grande parte dos autores inclui aqueles que atuam como “empregados” de empresas, funcionários que se dedicam a seguir a rotina de protocolos estabelecidos em propostas de investigação aceitas pelas agências financiadoras e consagradas pela comunidade científica”. (Castiel et al., 2007, p. 3046).

Ao assumir a postura de funcionários que precisam cumprir metas de produção, conforme apontam Castiel et al (2007), a academia estaria perdendo uma importante esfera que seria a do próprio questionamento, da problematização de pressupostos, ou seja, estaria abrindo mão justamente de seu caráter revolucionário, que permite questionar modelos dados, e especialmente o contexto e as leis sociais, que são produtos da construção humana e que podem ser modificados ao longo da história. Em seu lugar, a universidade estaria passando a ser mera prestadora de serviços (Chauí, 2003), parte da engrenagem do capital.

Burian Jr. (2009), apud Bernardo (2014), destaca as distorções desse modelo. A primeira seria que “não se publica para o artigo ser lido, publica-se para melhorar o currículo do autor” (p.17). A segunda seria o encorajamento de artigos superficiais, apressados e/ou repetições de textos com pequenas alterações. Outra distorção diz respeito à autoria múltipla, que passa a ser comum, mesmo que, muitas vezes, algum dos autores tenha uma parcela ínfima de participação na produção do trabalho.

Chauí (2003) questiona como foi possível passar da ideia da universidade como instituição social à sua definição como organização prestadora de serviços. A autora afirma ainda “a ciência deixou de ser teoria com aplicação prática e tornou-se um componente do próprio capital”. Segundo a autora, as novas formas de financiamento das pesquisas e a submissão delas às exigências do próprio capital tem transformado a universidade numa organização ou numa entidade operacional (Chauí, 2003, p.07).

Alcadipani (2011), ao referenciar Foucault e seus estudos sobre os sistemas de controle, aponta que “se o produtivismo está tão em voga é porque: ele atende a interesses; ele serve para alguém; ele tem ambiguidades que lhe permitem existir; ele oferece esperanças às pessoas”. De fato, a dominação meramente opressora, que não seduz nem conquista seu público-alvo, não é eficaz. É preciso que o sistema de controle seduza, produza subjetividades prontas a atender aos critérios dados.

É, de fato, o que tem ocorrido: assistimos na universidade pública a uma grande adesão ao discurso produtivista. Se existe um critério de produtividade bastante problemático, existe também um grande número de pesquisadores que busca atendê-lo, que não mede esforços para pontuar, destacar-se na lista dos que mais publicam, acreditando que esse critério asseguraria maior competência e produtividade.

Alcadipani (2011) afirma que o mecanismo de controle e avaliação produtivista está “totalmente desvirtuado e gerando excrescências”, e, não obstante, tem sido alimentado e reproduzido pelos próprios pesquisadores, em suas práticas cotidianas.

Na área de gestão, Faria (2011) argumenta que os debates sobre o produtivismo acadêmico devem considerar “o longo processo de construção da governança da área, liderada por instituições euro-americanas”, possibilitando a construção de reflexões críticas e de posições a serem assumidas por pesquisadores e instituições no país e no exterior.

De fato, considerar a construção histórica das verdades da ciência de uma época, ou seja, considerar a ideologia presente nas pesquisas em gestão e no modo de o pesquisador se relacionar com o próprio trabalho de pesquisa é fundamental, sob o risco de se fazer análises rasas, naturalizadas, no estilo em série propagado pelo lema *publish or perish*.

3. PESQUISADORES COMO OPERÁRIOS: RELAÇÕES ENTRE PRODUTIVIDADE E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

Observou-se que os mais diversos autores denunciam a aproximação do trabalho do pesquisador com aquele do operário que trabalha de maneira alienada, incansável, a produzir mais-valia, servindo aos fins de reprodução do capital. Sem suficiente reflexão crítica, sem controle sobre o seu fazer, como uma engrenagem posta a cumprir metas previamente determinadas.

Em outras palavras: se as exigências são excessivas, exigindo jornadas longas e exaustivas, que geram frequentemente stress e sofrimento pela incapacidade em realizar com a qualidade desejada a multiplicidade de tarefas, por que, ainda assim, os pesquisadores “jogam o jogo” do produtivismo?

Estranha-se que o grupo de pesquisadores do país, que teria condições diferenciadas para exercer a reflexão crítica, de reconhecer a sua capacidade ativa na formulação de políticas públicas e de avaliação, esteja sucumbindo a condições de trabalho no qual o próprio pesquisador é transformado em máquina, deixando de lado a reflexão crítica que caracterizaria o seu próprio trabalho.

Ora, apesar das evidentes diferenças objetivas nas condições de trabalho do operário e do pesquisador, o que permite aproximá-los, no plano das subjetividades? Ambos parecem perecer e adoecer diante da impossibilidade de oferecer resistência ao que denominamos “fábulas organizacionais”. Observa-se a um estado de grande obediência e adesão ao cumprimento de metas e determinações que são, no mínimo, violentas, ameaçando a integridade físico-psíquica do trabalhador. Quais os mecanismos psicológicos subjacentes a ambas as situações?

Se, por um lado, há exigências formais e objetivas - a falta de publicações pode prejudicar a avaliação de um programa de pós-graduação e inclusive levar ao descredenciamento do pesquisador considerado “improdutivo” -, por outro, a seriedade com que as exigências têm sido encaradas, a ponto de gerar adoecimento em série, chamam atenção. *Haveria aí um fator psicológico atuando, ligado ao seu psiquismo ou à imaginação (ou à falta dela?)*.

A força, a dedicação infatigável com que o pesquisador lida com o seu fazer, a sua pesquisa, apesar da falta de apoio institucional, de limitadas condições de financiamento, apesar mesmo adoecimento físico e mental, causam estranhamento. Quando o trabalho compromete a saúde, a qualidade de vida, o bem-estar do sujeito, abre-se espaço para questionamento.

Esse questionamento, de fato, tem acontecido em congressos e publicações da área, com ênfase sobre uma crítica às políticas de avaliação e às condições de trabalho. Sabe-se que as cobranças são excessivas e que as condições de trabalho são precárias. Mas, por que, ainda assim, funcionam, ganham aderência? *Por que, apesar de colocar*

sua saúde à prova, um grupo de pesquisadores públicos continua a produzir e a se exigir para além da sua capacidade produtiva, e a defender interesses contrários aos seus próprios, inclusive em um campo de pesquisa que se caracteriza pela própria capacidade de problematização e questionamento?

Dal Rosso (2015) aborda a intensificação do trabalho contemporâneo, demonstrando que o trabalho mobiliza o indivíduo como um todo, utilizando-se de suas capacidades não apenas físicas, mas intelectuais e afetivas. Nesse sentido, todo trabalho desempenhado é realizado em determinada intensidade, envolvendo determinado investimento quantitativo ou qualitativo de energias.

No modo de organização produtiva atual, a análise da intensidade do trabalho volta-se para os resultados, sendo que em geral o aumento da intensidade do trabalho relaciona-se a maiores resultados. O aumento do grau de intensidade tem por objetivo elevar a produção quantitativa ou melhorar qualitativamente os resultados; no caso do pesquisador, cuja mobilização é principalmente intelectual, a intensificação do trabalho poderia levar a maior número de produções ou a um aumento na qualidade das pesquisas.

Dal Rosso (2015) aponta que a intensificação do trabalho constitui uma importante força de crescimento econômico, porém trata-se também de um problema social e moral, ao se constituir como mais uma forma de exploração do trabalhador.

No caso dos pesquisadores, quem determina essa intensidade? O próprio pesquisador? As agências reguladoras? As relações estabelecidas no seio de cada programa? Segundo o autor,

“Esse trabalhar mais densamente, ou simplesmente trabalhar mais (...) supõe um esforço maior, um empenho mais firme, um engajamento superior, um gasto maior de energias pessoais para dar conta do plus, em termos de carga adicional ou de tarefa mais complexa. Resultarão desse envolvimento superior do grupo com o trabalho um desgaste também maior, uma fadiga mais acentuada e correspondentes efeitos pessoais nos campos fisiológico, mental, emocional e relacional” (DAL ROSSO, 2015, p. 23).

Apesar de mais trabalho, ou maior intensificação do trabalho, geralmente resultar em maiores ou melhores resultados, não deve se confundir produtividade com trabalho intensificado. Resultados que decorrem tão somente de avanços nos meios de produção utilizados são chamados de aumento de produtividade (DAL ROSSO, 2015).

Por vezes a reorganização do trabalho, ou sua racionalização, pode melhorar a produtividade sem gerar maior envolvimento ou desgaste do trabalhador. Nesse caso, haveria maior produtividade, mas não intensificação do trabalho. No entanto, em geral as mudanças organizacionais buscam contemplar ambos os aspectos: reorganização e a intensificação do trabalho (Dal Rosso, 2015). Mas, qual a relação entre a intensificação do trabalho e os processos de alienação? É o que discutiremos no próximo item.

4. ALIENAÇÃO NO TRABALHO DO PESQUISADOR

Dal Rosso (2015) alerta que o trabalho imaterial, como é o caso do trabalho do pesquisador, cuja atividade exige fortemente o componente intelectual/afetivo, é muito afetado pelas práticas intensificadoras, gerando efeitos nocivos sobre o trabalhador e sua saúde. O autor ressalta que o trabalho ocupa a pessoa como um todo, fazendo uso de sua inteligência, capacidade de criação, análise, lógica, afetividade, experiências prévias, habilidades aprendidas, entre outros.

Com a utilização de computadores, celulares e outros tantos meios de conectividade, o tempo de trabalho invade tempos de não trabalho, tornando-se pouco

nítidas essas divisões. Com o aumento do número de pessoas que trabalham com atividades imateriais, aumentam também os problemas pessoais e de saúde decorrentes da intensificação desse tipo de trabalho.

Da mesma forma, o componente emocional tem sido muito solicitado, levando a desgastes emocionais do trabalhador nas mais diversas áreas. Assim, o desgaste emocional e intelectual precisa ser considerado nas pesquisas sobre o tema do trabalho. Dal Rosso alerta que: “Considerado sob a óptica da jornada, o trabalho flexível, seja em função da intensidade, seja em função dos horários, cria sérios problemas para as pessoas encarregadas das tarefas familiares (...). (Dal Rosso, 2015, p.41).

Autores como Faria (2015) e Lazzarato (1992) avaliam que ingressamos numa fase de capitalismo cognitivo em que o capital controla a própria subjetividade do trabalhador. Quais o artesanal desenvolvido para esse controle? Como o pesquisador vivencia o seu fazer? A que atribui o seu desgaste? Ele de fato enxerga a intensificação do trabalho ou julga-se insuficientemente “produtivo”, exigindo-se um desempenho cada vez maior?

Oliveira e Fernandes (2016) ressaltam que essa lógica produtivista não se limita ao universo dos pesquisadores, mas propaga-se aos alunos de graduação e pós-graduação, exigindo-lhes uma adequação a essa nova cultura institucional, que exige da universidade pública uma lógica mercantilista e produtivista, em que artigos se tornam produtos para serem exibidos em destaque nas prateleiras individuais de produção, o currículo Lattes, ao mesmo tempo em que os processos de ensino e aprendizagem são secundarizados e a universidade perde-se quanto aos seus propósitos formativos.

Em pesquisa em andamento, cujos dados preliminares tecnicamente não são definitivos, mas já se mostram bastante significativos e representativos da realidade estudada, observamos que a alienação do trabalho do pesquisador pode ser claramente percebida a partir de pelo menos três aspectos:

- i) **Perda da dimensão coletiva da universidade como instância de reflexão e decisão:** observa-se a dimensão do isolamento no trabalho do pesquisador, em que se perde a dimensão coletiva de mobilização (Freitas, 2018), priorizando-se o desenvolvimento de pesquisas individuais ou de pequenos grupos. Reuniões organizacionais aparecem como “perda de tempo” na fala de diversos pesquisadores, que julgam a dedicação individual à pesquisa como incomparavelmente mais produtiva; a gestão da universidade, em seus diversos âmbitos, assim como as funções administrativas são desvalorizadas, ainda que fundamentais para que o funcionamento da instituição “universidade”.
- ii) **Corrida cega para um fim que não é problematizado:** outro aspecto da alienação do trabalhador/pesquisador diz respeito à corrida pela avaliação dos programas de pós-graduação, as quais não possuem um objetivo claro; busca-se sempre aumentar a nota de avaliação, e pouco se discute sobre as implicações, ou as motivações, ou o preço que se paga para tal “corrida”; nela, colegas pesquisadores de um mesmo programa de pós-graduação são vistos como “concorrentes” e pontuações oriundas de publicações são contabilizadas a título de comparação de desempenho. Para que, e a que custo, aumentar a nota do programa? Essas são questões silenciadas frente ao imperativo “como publicar mais, mais rápido, e melhor?”.

- iii) **Invisibilidade da intensificação do trabalho e negação de sua relação com os processos de saúde/doença:** Problemas de saúde decorrentes da intensificação do trabalho, ainda que muito comuns, são tratados de maneira individual, sendo que frequentemente os próprios pesquisadores não os julgam como decorrentes do trabalho, atribuindo-se antes ao próprio estilo de vida, à falta de prática de exercícios físicos, entre outros. Ou seja, a intensificação do trabalho do pesquisador não parece estar sendo vista, ainda que se sintam seus efeitos (cansaço extremo, fadiga, stress, ansiedade, depressão...) (Pina e Stotz, 2014).

Verificamos, assim, que os pesquisadores têm vivenciado os processos de trabalho de maneira fortemente individualizada. Constatamos também que alguns aspectos da organização do trabalho docente são vistos, enquanto outros permanecem ocultos ao pesquisador. Por exemplo, é comum o pesquisador apresentar a autonomia como um aspecto positivo de seu trabalho, que lhe permite organizar seu dia da maneira que mais convier. A autonomia e a flexibilidade, portanto, são aspectos vistos e valorizados.

No entanto, a autonomia é apenas superficial, já que o pesquisador está submetido a uma série de demandas dos mais variados tipos, em que as quarenta horas de dedicação exclusiva raramente são suficientes. Muitos pesquisadores afirmam trabalhar aos sábados e domingos e inclusive em feriados, quando há necessidade, especialmente para a leitura e correção de dissertações e teses, de orientandos ou visando se preparar para atender a convites para participação de bancas de avaliação.

Da mesma forma, a flexibilidade está a serviço da organização dos dias de trabalho da maneira mais produtiva possível, sendo também para que se trabalhe também em dias não úteis; para que aos fins de semana pesquisadores participantes de uma mesma comissão ou grupo de pesquisa possam comunicar-se, seja via e-mail, telefone, videoconferência, grupos de whatsapp, entre tantos outros meios de comunicação disponíveis, trocando artigos, observações, ideias, para que a produção não pare.

Ou seja, ainda que a *autonomia* e a *flexibilidade* estejam de fato presentes na carreira do docente pesquisador, os mesmos costumam enxergar apenas o aspecto considerado agradável, não problematizando o fenômeno como um todo, em todas as suas implicações.

Da mesma forma, quando os pesquisadores alegam “perda de tempo” na dedicação à resolução de problemas administrativos e de gestão da universidade, seja por meio de reuniões departamentais, colegiados do programa ou por meio de comissões criadas conforme a necessidade, não percebem que essas são demandas que não podem ser suprimidas, ainda que concorram com a “produção”, essa reduzida à sua dimensão de comunicação de pesquisa. Ou seja, ao invés de considera-las tão importantes quanto a escrita de artigos, e então questionar a alta exigência por publicações, faz-se o contrário: critica-se e nega-se a relevância da esfera coletiva de decisão da universidade, evitando-se esse trabalho considerado pouco útil e supervalorizando-se a produção individual.

Mas, por que isso acontece com tanta frequência? Porque é justamente com base na produção de artigos que o pesquisador é avaliado e julgado como “competente” ou “incompetente”. Ou seja, o pesquisador busca dedicar-se ao máximo à execução das tarefas pelas quais ele é de fato avaliado e julgado pelas agências de fomento, e inclusive por seus pares.

Assim, fica claro o quanto uma determinada forma de avaliação imposta altera toda a maneira de organização e de vivência do trabalho, ainda que se trate de um trabalho intelectual, que envolve criação, criatividade, romper com o imediato e problematizar teorias. Ou seja, mesmo o trabalho imaterial e intelectual (ou justamente esse), é fortemente afetado pela forma como é avaliado, ou seja, pela vivência objetiva e subjetiva do julgamento externo. Uma avaliação centrada em quantidade induz comunicações científicas múltiplas, mas não suficientemente aprofundadas. Da mesma forma, induz a uma concorrência irracional entre os pares, que não se veem como colegas que fazem parte de um grupo com interesses comuns, a serem trabalhados e fortalecidos, mas como concorrentes, que devem ser ultrapassados, comparados, criticados e superados (Sennett, 1999).

A forte individualização das vivências e da produção acadêmica, ainda, gera uma forte responsabilização individual pelos resultados. Ainda que invisível aos olhos do pesquisador, a autonomia é fortemente controlada. Ou seja, a autonomia é no sentido da organização dos próprios processos de trabalho, mas não há autonomia para a escolha dos resultados esperados, para a elaboração de uma forma de avaliação que reflita de fato o compromisso da universidade pública, que valorize o ensino, a formação do aluno, o envolvimento da comunidade, a qualidade das aulas, a profundidade dos questionamentos e problematizações.

Assim, fica claro o quanto a autonomia é mais uma percepção agradável e superficial à qual o pesquisador se agarra para enfrentar as múltiplas cobranças que de fato uma experiência de “governar-se pelos próprios meios”, ou, na definição de Kant: “capacidade da vontade humana de se autodeterminar segundo uma legislação moral por ela mesma estabelecida, livre de qualquer fator estranho ou exógeno com uma influência subjugante, tal como uma paixão ou uma inclinação afetiva incoercível”.

Ora, os fatores exógenos e influências subjugantes e coercitivas estão bastante presentes na universidade pública, e especialmente na pós-graduação, sendo a *avaliação* a mais representativa delas, o que torna portanto leviano considerar-se a autonomia como de fato uma das características do trabalho do pesquisador, sendo essa mais uma dimensão ficcional, que permeia o imaginário do pesquisador, que um fato real.

5 CONTROLE DA SUBJETIVIDADE E A ALIENAÇÃO: AO MESMO TEMPO MATERIAL E SIMBÓLICA, COGNITIVA E AFETIVA

O conceito de alienação é inicialmente exposto em Hegel, mas Marx torna-o relevante a partir de seus estudos sobre o trabalho. A alienação refere-se à não apropriação, pelo trabalhador, do resultado do seu trabalho. Outro conceito importante e relacionado à alienação é o de estranhamento, já que o resultado do trabalho parece estranho ao trabalhador, como algo que não lhe pertence (FARIA, 2017).

Nas situações de alienação, “o mundo é visto pelo sujeito alienado não em um plano concreto, mas como uma *fantasia* que direciona a maneira de ser, de pensar e de agir dos sujeitos”. Assim, o sujeito não compreende a realidade em sua complexidade e em seus movimentos contraditórios, sendo a mesma “naturalizada como sendo tal como parece ser, simplificada e destituída de sua história” (Faria, 2017, p.388).

Assim, o sujeito mostra-se incapacitado a *enxergar ou imaginar* uma realidade diferente daquela defendida pelos discursos organizacionais, naturalizando-a. Diante dessa incapacidade de visualizar uma realidade diferente, pesquisadores são convertidos

em operários, prontos a operar a si mesmos enquanto máquinas: produtivos, rápidos, eficientes.

No entanto, “a essência da alienação encontra-se não na consciência do trabalhador, mas nas condições objetivas da organização capitalista da produção que transforma o trabalho do homem numa força externa estranha” (Faria, 2017, p.391). Por isso, Faria defende o questionamento das próprias condições objetivas da produção capitalista, sob o risco da adoção de estratégias abstratas arbitrárias, que não modificam a essência do fenômeno, o qual deve ser entendido em sua constituição histórica e psicossocial.

Para Faria (2017), o controle e o sequestro da subjetividade são formas sofisticadas de alienação nas organizações produtivas. Essa alienação é, ao mesmo tempo, econômica, social, política e psicológica, *objetiva e subjetiva*. O autor explicita a relação afetiva que encobre a aparente racionalidade presente na atuação do trabalhador. Ele se apaixona pelo papel de trabalhador produtivo e competente, que não desperdiça recursos, que é capaz de colocar toda a sua energia a serviço da produção. De fato, o sentimento de produtividade alimenta um tipo de necessidade subjetiva do trabalhador, além de favorecer a expectativa pelo reconhecimento.

Ao crer no imediato, ao não apreender a realidade tal como ela é, alimenta-se a fantasia da organização que cobre as relações reais e com isso impossibilita-se a ação transformadora. A organização produtiva estabelece inclusive “elementos de identidade social que definem a forma como cada um lutará no jogo pelo reconhecimento” (Faria, 2017, p.395).

Se, como foi dito acima, a ação transformadora é limitada na medida em que as “fábulas organizacionais” cobrem as relações reais, seria preciso conhecer essas relações reais, desenvolver a consciência crítica. Em que medida, então, o produtivismo alienado relaciona-se ao cerceamento da imaginação, da capacidade de vislumbrar outras possibilidades de relação produtiva? Em que medida o imaginário do pesquisador acaba sendo disciplinado e preenchido pelas promessas de reconhecimento e atestação de competência, conforme as métricas determinadas?

Ao mesmo tempo em que o discurso do produtivismo possui um embasamento lógico e racional, de que é necessário fomentar a publicação científica de um país, a sua eficácia e aderência estão amparadas por necessidades objetivas e subjetivas, não só racionais, mas também emocionais e psicológicas. De fato, as esferas objetivo/subjetivo, cognitivo/afetivo e simbólico/conceitual não podem ser concebidas separadamente, mas devem ser entendidas em sua própria dialética.

Nesse sentido, a alienação não é só material, mas é também simbólica; não atua só no plano cognitivo, mas afetivo. Da mesma forma, a ideologia adotada orienta pensamentos, práticas, atitudes, posicionamentos, e inclusive o plano simbólico e imaginário experimentado pelo trabalhador.

Na universidade, os programas de pós-graduação raramente problematizam o seu próprio objetivo, mas se organizam para o cumprimento das metas e diretrizes externas, impostas pelas políticas de avaliação.

Essas normas passam, então, a justificar e legitimar as práticas adotadas pelo programa, por exemplo, o descredenciamento de um pesquisador considerado pouco produtivo ou a desvinculação de um discente, entre outros. Passam a vigorar, dentro dos programas, normas que estabelecem números mínimos de publicação e que atrelam essa produção à própria diplomação acadêmica, para o caso de mestrandos e doutorandos, o que passa a ser visto como “natural”. Afinal, o foco da educação já não é a formação plena, mas a produção de mais um pesquisador “produtivo” para o mercado de trabalho.

Produzir passa a ser sinônimo de publicar, e as demais esferas do trabalho do pesquisador são desconsideradas, tornadas invisíveis. O trabalho de orientação, a preparação de aulas, a participação em bancas, a organização de encontros e congressos, a participação em comitês, passam a ser secundários frente à absoluta e mandatária necessidade de publicação, transformando o trabalho do pesquisador em um fazer utilitarista.

Nesse processo, o contato cotidiano com o aluno, com os pares, estar em sala de aula, tudo isso é secundarizado face à imperiosa necessidade de publicação futura. Nesse sentido, Kosik (1976) tem razão ao afirmar que nessas condições as atividades se transformam em *irrefletido modo de viver*.

Como então criar um espaço que permita pensar a produção de artigos em série não como atestado de competência, mas como ateste de obediência às normas, à falta de problematização, à impossibilidade de vislumbrar saídas, ao enfraquecimento da capacidade imaginativa, como enfraquecimento da mobilização coletiva e sinal claro de sucumbência ao medo de não ser tão competente, afinal?

6. CONCLUSÕES

O discurso organizacional com frequência utiliza-se de premissas que raramente são questionadas pelos trabalhadores: produtividade, objetividade, metas, e, no caso das organizações de pesquisa, publicação de artigos em revistas acadêmicas de destaque, são palavras de ordem. Torna-se difícil questionar o discurso que defende a produtividade justamente pela aliança (de sentido) realizada com os conceitos de competência e objetividade. Produtividade torna-se sinônimo de competência. Produz-se um forte sentido de verdade de que a produtividade (ou improdutividade) estaria diretamente ligada à competência (ou incompetência) do trabalhador.

O pesquisador, para cumprir as metas, não questiona o caráter objetivo das mesmas, e nem mesmo a suposta autonomia e flexibilidade de que goza. Para ele, há autonomia, e seu trabalho é flexível, e esses são dados reais, não imaginários. Mas, como vimos, o simbólico e o imaginário possuem um papel bastante relevante na forma de o trabalhador vivenciar o seu fazer. São esses aspectos que tem sido negligenciados pelos estudos organizacionais.

A título de conclusão, retomemos os questionamentos levantados no início deste ensaio: a) *como os critérios de avaliação eleitos produzem uma subjetividade associada à competência ou à incompetência do pesquisador?* b) *como a forma de avaliação legitimada atua no controle da subjetividade, na organização do trabalho e nas práticas adotadas pelo pesquisador?* c) *o que faz com que um grupo de pesquisadores sofra um maior controle da subjetividade/afetividade, dedicando-se de forma ainda mais intensa ao trabalho, dado que as condições objetivas de avaliação são as mesmas?*

Podemos concluir nossas reflexões apontando para o seguinte:

- i) Embora as condições objetivas de avaliação sejam as mesmas, elas são percebidas de maneira diferente por cada pesquisador, e essa percepção, que envolve o próprio sentido da produção, deve ser investigada no plano empírico, com o sujeito concreto, sob o risco de reforçar psicologismos teóricos e sem aderência à realidade;
- ii) É necessário considerar o plano imaginário e simbólico na concepção mesma dos conceitos de alienação e ideologia, sob o risco de conceber o plano do

psiquismo como determinado pelo plano material, quando é apenas condicionado por ele;

- iii) Só é possível pensar, sentir, agir dentro de um conjunto ideológico (ideologia como exterioridade, cf. Gallo, 1999). Sendo a ideologia formadora da subjetividade e da identidade, compreender as verdades dos sujeitos é também compreender os lugares onde eles se sentem seguros. Nesse sentido, produzir, para os produtivistas, é também produzir um campo de segurança subjetiva;
- iv) As necessidades subjetivas (de reconhecimento, construção de imagem de si, de apresentar competência, entre outros) variam ao longo da história humana e da história individual, compreendida como o conjunto de vivências objetivas e subjetivas e sentidos e significados atribuídos a essas vivências;
- v) A ideologia capitalista produz desejos e fantasias massificados. A autonomia do pesquisador é ameaçada na medida em que ele assume como seu o desejo de produção e publicação em série, sendo que esse é o discurso dominante no campo das instituições de pesquisa. O imperativo “*consuma!*” passou do consumo de bens e serviços para o *consumo inclusive psíquico*, de fantasias prontas, que prometam o prazer e a gratificação imediatos.
- vi) O momento sociocultural atual prega o imediatismo, a manifestação imediata de toda compreensão ou vivência cognitivo-afetiva. O prazer precisa ser imediato, e não há espaço para essa retenção e elaboração. Assim, o artigo do pesquisador precisa ser publicado antes que haja tempo para a elaboração e o aprofundamento teórico; a publicação precisa aparecer no currículo lattes ou plataforma internacional do pesquisador imediatamente; a libido precisa ser satisfeita tão logo ela surge; o reconhecimento precisa acontecer reiteradamente, e a todo momento. A capacidade, a competência do trabalhador-pesquisador está sempre sendo posta à prova;
- vii) Com isso, as possibilidades de aprofundamento e elaboração de ideias, sentimentos e fantasias são extremamente limitados. Forma-se um aparelho psíquico ávido por novidades, por novas sensações e insights, mas incapaz de elaboração. As redes sociais precisam a todo tempo ser alimentadas, assim como o currículo do pesquisador. A satisfação, rápida porém efêmera, resume-se ao número de publicações, e o conteúdo do que é submetido às revistas científicas torna-se secundário diante da absoluta necessidade de produção.

Assim, reafirmamos que as respostas aos questionamentos iniciais não podem ser dadas no plano teórico, mas a partir da imersão na realidade, no diálogo com esse grupo de pesquisadores considerados altamente produtivos, na compreensão de suas motivações e necessidades. No entanto, a partir das discussões e problematizações realizadas,

apontamos que essas pesquisas devem considerar o imaginário social presente nas instituições de pesquisa e no psiquismo dos indivíduos que as compõem, entendendo que esse imaginário não é apenas individual, nem tão-somente social, mas uma composição de necessidades históricas e individuais. Essas, por sua vez, podem ser conscientes ou inconscientes, sendo composições cognitivo-afetivas, ligadas ao desejo e à vontade, esferas essas tipicamente humanas.

Para compreender essa relação entre desejo, afeto, cognição e vontade, e a forma como ela ocorre nas organizações, no indivíduo concreto, é importante que as pesquisas de abordagem crítica considerem não apenas as relações concretas de produção (que, de fato, são a base material fundamental), mas também todo o imaginário simbólico que reproduzem e são produzidas pelas relações materiais de produção. Conforme aponta Castoriadis (1982), se as ideologias são poderosas, é porque estão mesmo no centro do processo imaginário e simbólico do psiquismo humano.

Para Castoriadis, a imaginação possui um papel central em toda atividade humana. Segundo o autor, com o ser humano há “uma ruptura na evolução psíquica do mundo animal”, por meio de “um desenvolvimento monstruoso da imaginação”, tornando o psiquismo humano não funcional, liberado das “regulações instintivas”. Essa a-funcionalidade apresenta dois pontos de destaque: a autonomização da imaginação (seu poder criador) e a dominação do prazer representativo sobre o prazer do órgão.

Ou seja, no que se refere ao prazer, o poder da representação passa a ser dominante em relação ao prazer físico/biológico. Que implicações essa preponderância da imaginação e do prazer representativo tem para o pesquisador em administração e suas práticas de pesquisa? São questões que devem ser consideradas nas investigações da área. Ainda, será necessário aprofundar o entendimento de como as relações sociais produzem esse padrão de funcionamento psíquico que busca a satisfação imediata, incapaz de visualizar alternativas, nem mesmo no plano da fantasia e do afeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCADIPANI, Rafael. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação Acadêmica. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1174-1178, Dez. 2011. Acesso em 06 Mar. 2018.

ALVES et al. Fatores que interferem no (não) credenciamento de pesquisadores em programas de pós-graduação: um estudo nas universidades públicas em Goiás. *Em questão*, v.21, n.1, jan/abr, 2015.

AMORIM, M. (2002). Vozes e silêncio no texto de pesquisa em Ciências Humanas. *Cadernos de Pesquisa*, 116, p. 7-19.

BACHELARD, G. A poética do espaço. In: *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

BAKHTIN, M. (2011). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.

BARRETO, Marco Heleno. *Imaginação simbólica: reflexões introdutórias*. Cap. 2: Imaginação e conhecimento. Edições Loyola, São Paulo, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BERNARDO, Marcia Hespanhol. Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 26, n. spe, p. 129-139, 2014. Acesso em 16 Jan. 2017.

BERTONHA, J. F. Produção e produtividade no meio acadêmico. A “ditadura do Lattes” e a Universidade contemporânea. *Revista Espaço Acadêmico*, n.100, set/2009.

BORSOI, I. C. F., & PEREIRA, F. S. (2013). Professores do ensino público superior: produtividade, produtivismo e adoecimento. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1211-1233. Doi: 10.11144/Javeriana.UPSY12-4.peps

BRASIL, 2016. *Parecer CAPES* acessado em 28 de dezembro de 2016, disponível em https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf

BRASIL, 2017. *Portaria CAPES* acessada em 17 de junho de 2017, que dispõe sobre o regulamento da avaliação quadrienal, disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/27032017-Portaria-59-21-03-2017-Regulamento-da-Avaliacao-Quadrienal.pdf>

CARVALHO et al. Aspectos gerenciais da política científica brasileira: um olhar sobre a produção científica do campo da sociologia face aos critérios de avaliação do CNPq e da CAPES. *Em questão*. Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS Porto Alegre, v. 19, n.1, p. 187-212, jan./jun. 2013.

CASTIEL, Luis David; SANZ-VALERO, Javier. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica?. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 3041-3050, Dec. 2007. Acesso em 16 Jan. 2017.

CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, Dec. 2003, acesso em 16 Jan. 2017.

CRUZ, M. N. Imaginário, imaginação e relações sociais: reflexões sobre a imaginação como sistema psicológico. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 35, n. Especial, p. 361-374, out., 2015

DAL ROSSO, S. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

FARIA, Alexandre. Repensando produtivismo em gestão no (e a partir do) Brasil. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1164-1173, Dec. 2011. Acesso em 06 Mar. 2018.

- FARIA, José Henrique de. *Economia política do poder*. Curitiba: Juruá, v. 2, p. 48, 2004.
- _____. *Poder, Controle e Gestão nas Organizações*. Curitiba: Juruá Editora, 2017.
- _____. Controle por resultados no local de trabalho: dissonâncias entre o prescrito e o real. *RAE electron.*, São Paulo, v. 5, n. 1, June 2006. Acesso em 16 Jan.2017.
- FREITAS, Joana Alice R. *Trabalho do(c)ente: intensificação e adoecimento na pós-graduação*. Tese. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade de São Paulo, 2018.
- GALLO, Silvio. Subjetividade, Ideologia e Educação. *Perspectiva*. Florianópolis, v.16, n. 2.9, p.133 -152., jan./jun. 1998
- GOLDANI et al, 2010. A questão da produção do conhecimento: desafios na gestão dos programas de pós-graduação. *Revista brasileira de pós-graduação*, v. 7, n,12, 2010.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Editora, 1976.
- LAWRENCE, PA (2003). The politics of publication. *Nature*, 422: 259-261.
- MACHADO, J. E PAN, M.A. Do nada ao tudo: Políticas Públicas e a Educação Especial Brasileira. *Educ. Real*, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 273-294, jan./abr. 2012.
- MAGNIN, L. E PAN, M.A. As políticas de educação continuada por competências: um estudo das configurações subjetivas do trabalhador público brasileiro. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, USP, 2015.
- _____. *Pobres competentes! O enunciado das (in)competências na administração pública federal e a produção subjetiva do trabalhador*. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Dissertação de Mestrado. 2014.
- MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico?. *Rev. adm. contemp.*, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, Apr. 2011. Acesso em 10 de maio de 2018.
- MÉSZÁROS, I. (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.
- OLIVEIRA, A.R. e MELLO, C.F. Indicadores para a avaliação da produtividade em pesquisa: a opinião dos pesquisadores que concorrem a bolsas do CNPq na área de Biociências. *Revista brasileira de pós-graduação*, v.11, n. 25 (2014).
- PEDRINI, A.G. *O cientista brasileiro é avaliado?* São Carlos: Rima Editora, 2005.
- PINA, J. A. & STOTZ, E. N. (2014). Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* 39(130), 150-160.
- SARTRE. *L'imaginaire: psychologie phénoménologique de l'imagination*. Paris: Gallimard, 1940.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- VIGOTSKI, L. S. *Psicologia da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.